



ACTA

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

O **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Professor Emídio Gomes, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade AVEPARK que, a seu pedido, veio a esta reunião dar a conhecer ao do Executivo Municipal os contornos do desenvolvimento do processo do Avepark. -----

O **Professor Emídio Gomes** defendeu o crescimento sustentado do Avepark, mostrando-se confiante que a Spinpark funcione em articulação com o Instituto Ibérico de Nanotecnologias, existente em Braga, na incubação de novas empresas de base tecnológica. De seguida, assinalou que, por força da participação do Município de Guimarães em 51% do capital social, os órgãos autárquicos estão vinculados ao Avepark, sendo necessário esclarecer se estão empenhados na manutenção deste modelo de desenvolvimento. Por último, acrescentou que demorará cerca de quinze anos a serem apresentados lucros nas contas do AVEPARK, realçando que o investimento feito na criação de emprego qualificado se traduz numa mais valia imediata ao nível dos impostos pagos à

Segurança Social e às Finanças. -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a) – Agradeceu o convite para participar no lançamento da primeira pedra da obra de construção do Pavilhão da EB 2,3 de Fermentões; **b)** – Quis saber o ponto de situação sobre a gestão futura da Plataforma das Artes. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Começou por dizer que o executivo municipal assistiu, há 15 dias, a uma inusitada e surpreendente tomada de posição do Presidente de Câmara, lançando graves acusações à Fundação Cidade de Guimarães e aos seus dirigentes, verificando-se, entretanto, a presença do Presidente de Câmara e da Presidente do Conselho de Administração da Fundação em dois actos públicos, num seminário da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e na apresentação do logótipo humano da CEC/2012, prestando declarações que aparentam que a situação está normalizada. Prosseguiu, dizendo que as reportagens das televisões acerca da apresentação pública do logótipo humano, destacam os desentendimentos entre Câmara Municipal e Fundação, sendo a CEC/2012 uma vez mais falada pelas más razões, e sempre por responsabilidade do Presidente de Câmara ou dos responsáveis municipais. Assim, concluiu, formulando ao Presidente da Câmara duas questões: “1. Que interesses, que propósitos, que objectivos serviu aquele ralhete público, se do mesmo nada resultou, para além de mais uma exposição pública de divergências e uma publicidade negativa à CEC/2012? 2. Está ou não solucionada a questão do protocolo a celebrar entre a FCG e a Oficina que, aparentemente, teria motivado a descompostura a que assistimos?” **3 – Vereador José Manuel Antunes** – Questionou a falta de sinalização e o não cumprimento das regras de



segurança na obra de requalificação da via Silvaes/Pevidém. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a gestão da Plataforma das Artes disse que o processo estava entregue à Cooperativa “A Oficina”, pelo que iria dar a palavra à Vereadora Francisca Abreu para prestar informação sobre o assunto; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima esclareceu que, ao dar conhecimento do que se estava a passar, pretendeu apenas dar cumprimento a uma deliberação do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães. Acrescentou que tal intervenção acabou por resultar, referindo a aprovação da reprogramação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), no passado dia 14 de Junho, bem como a assinatura do Protocolo com a Cooperativa “A Oficina” no dia de ontem, 15 de Junho. **5 – Vereadora Francisca Abreu – a)** – Sobre a gestão da Plataforma das Artes, transmitiu que as negociações com José de Guimarães estavam a decorrer de forma positiva, dizendo que estava muito animada com a evolução do processo; **b)** – Deu conhecimento da assinatura da Carta de Cooperação com Dijon. --

----- **INTERVENÇÕES** -----

----- **INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que, na sequência da audiência concedida à Direcção da Casa do Povo de Briteiros e de acordo com reflexão feita sobre a actual situação daquela entidade, as soluções necessárias para garantir a continuação do serviço que presta aos utentes passam pelo pedido de demissão da actual Direcção e pela realização de uma reunião extraordinária para nomeação de uma comissão administrativa que dará início ao processo eleitoral para eleição de nova Direcção. Disse, ainda, que o Centro Distrital da Segurança Social nomeará um técnico que acompanhará a instituição durante este

período de transição; **2** – Deu conhecimento da solicitação feita junto do Presidente da Assembleia Municipal para que retirasse a proposta relativa às acções imateriais inerentes às parcerias para a regeneração urbana do Centro Histórico e Campurbis, que havia sido submetida para aprovação daquele órgão deliberativo na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 21 de Abril último, porquanto o respectivo concurso público deverá ser reavaliado no sentido da procura de uma correspondência directa entre as acções candidatas e aprovadas e aquelas que se pretendem levar a efeito, devendo aguardar-se a conclusão de tal reavaliação; **3** – Deu conhecimento da proposta de parceria entre o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – e a Câmara Municipal de Guimarães para a reabilitação dos bairros da Atouguia, Creixomil e S. Gonçalo e que passa pela disponibilização de uma equipa de projecto que, em articulação com os técnicos do IHRU, proceda à elaboração dos elementos técnicos necessários à abertura do concurso público para selecção da empresa que realizará as obras; **4** – Informou sobre o itinerário da Marcha Gualteriana, bem como da localização dos divertimentos e abarracamentos ambulantes no âmbito das Festas da Cidade e Gualterianas 2011; **5** – Transmitiu a informação do Vice-Presidente da Câmara de Londrina (Brasil) que dá conhecimento da celebração do 10 de Junho, condecorando o papel interventivo da comunidade portuguesa naquela cidade. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar fora da ordem do dia, duas propostas. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO CONDENSE DE APOIO SOCIAL – Por ofício do Centro Condense de Apoio Social foi solicitado que o subsídio de €8.000,00, aprovado por deliberação de 21 de Abril de



2011, se destinasse a compartilhar o estudo prévio do equipamento social que pretende construir. Pela Directora do Departamento de Administração Geral foi prestada uma informação referindo que o assunto deve ser novamente apreciado e votado em reunião de Câmara, em virtude de o estudo prévio apresentado pelo centro Social, no seu ofício de 31 de Maio de 2011, prever uma valência – Creche – que não foi considerada na deliberação de 21 de Abril de 2011 que aprovou a atribuição do subsídio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

24 DE JUNHO DE 2011 – CONDECORAÇÕES HONORÍFICAS –

Presente a seguinte proposta: “Em conformidade com o Regulamento para a Concessão de Medalhas Honoríficas aprovado em reunião desta Câmara de 3 de Março 1993, propõe-se a distinção das entidades e individualidades a seguir referenciadas, cujos contributos julgamos relevantes para a Comunidade nas diversas áreas de actividade e, nessa medida, dignos de reconhecimento através da atribuição das seguintes Condecorações Honoríficas: **Professora Doutora Isabel Pires de Lima** – Medalha da Cidade, em ouro – Licenciada em Filologia Românica e doutorada em Literatura Portuguesa, é professora catedrática da Faculdade de Letras do Porto, especializada em Literatura Portuguesa, particularmente na obra de Eça de Queiroz. Autora de cerca de 100 títulos publicados em revistas e jornais na área da crítica e dos estudos literários e dos livros, foi júri de diversos prémios literários e desempenhou diversos cargos de relevo em várias instituições e associações portuguesas da área da literatura. Foi eleita deputada à Assembleia da República em 1999, tendo na IX legislatura representado a Assembleia da República no Conselho Nacional de Educação. De Março de 2005 a Janeiro de 2008 foi Ministra da Cultura do XVII Governo Constitucional e,

nessa qualidade, foi das principais responsáveis pela decisão do governo português de submeter, ao abrigo do regime transitório, a nomeação da cidade portuguesa de Guimarães para Capital Europeia da Cultura em 2012. Desde aquele anúncio público, feito no final do Conselho Informal de Ministros realizado em Guimarães em Outubro de 2006, Isabel Pires de Lima dedicou à candidatura de Guimarães todo o seu empenho e interesse, estabelecendo com a Câmara Municipal uma profunda relação de parceria e colaboração que se revelou decisiva para a nomeação oficial de Guimarães como Capital Europeia da Cultura 2012. Com sua visão e determinação, o Grupo de Trabalho encarregue da redacção da candidatura pôde então contar com a preciosa colaboração dos diversos organismos por si tutelados e da Representação Permanente de Portugal em Bruxelas num processo muito exigente que teve o epílogo que todos desejávamos: a aprovação, em Bruxelas, da candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura 2012. Ainda que esta razão já fosse bastante para que Guimarães lhe ficasse profundamente reconhecida, a Isabel Pires de Lima se fica a dever outras conquistas que só encontram justificação no carinho e atenção tão especiais que nos dedicou enquanto Ministra da Cultura: o seu empenho permitiu desbloquear decisivamente processos como os da construção da Extensão do Museu de Alberto Sampaio ou da criação da Fundação Martins Sarmiento. **Sir Robert Scott** – Medalha da Cidade, em ouro - Nascido em Minehead, Somerset, filho de um antigo Embaixador do Reino Unido, cedo desenvolveu uma vocação para a arte dramática: após a conclusão dos seus estudos superiores na Universidade de Oxford, foi actor profissional durante um ano. Mas foi enquanto gestor de teatros e teatros de ópera que Bob Scott construiu uma sólida e reconhecida carreira profissional que o



levou a desempenhar diversos cargos de relevo em organismos nacionais e internacionais e lhe valeram graus honorários atribuídos por sete universidades britânicas. Em 1994 foi armado Cavaleiro do Império Britânico. Foi presidente de vários comités de candidatura de cidades inglesas para acolher diversas organizações, designadamente do que conseguiria para Liverpool o título de Capital Europeia da Cultura 2008. Certamente em reconhecimento do seu prestígio e da experiência adquirida em processos de candidatura para a organização de eventos internacionais, foi designado em 2008 pela Comissão Europeia para presidir ao Comité Europeu de Selecção e Monitorização das capitais europeias da cultura e foi nessa qualidade que o percurso de Bob Scott se cruzou com Guimarães. Desde cedo tivemos uma percepção inequívoca da forma como Sir Bob Scott se propunha relacionar-se com Guimarães: exigindo rigor nos procedimentos europeus, encorajando ambição nos propósitos a enunciar e manifestando total disponibilidade para, com o seu vasto conhecimento, aconselhar e sugerir as melhores vias para atingir um objectivo que, cedo se percebeu, era também seu: que a candidatura de Guimarães fosse, não apenas bem sucedida, mas um processo que inspirasse outras cidades europeias da dimensão da nossa a enfrentar desafios com esta complexidade. Rigor, encorajamento e disponibilidade a que, em abono da verdade, se deve acrescentar o carinho e a paixão por Guimarães que foram crescendo em Bob Scott a cada visita, a cada contacto. A tal ponto que, de forma sincera e sentida, podemos hoje afirmar que Guimarães tem em Bob Scott um amigo para sempre a quem hoje prestamos público reconhecimento pelo excepcional contributo para a construção e consagração de uma candidatura mobilizadora e ambiciosa. **Dra. Maria José Laranjeiro** – Medalha de Mérito

Cultural, em ouro (a título póstumo) – Maria José Laranjeiro Pita da Costa nasceu em 19 de Março de 1952, na freguesia de S. Paio, bem no centro de Guimarães. Fez os seus estudos primário e liceal em Guimarães e em outras cidades, conforme as circunstâncias da colocação do seu pai, juiz de direito. Terminou, contudo, na nossa cidade, o curso liceal, sendo à data uma das mais brilhantes alunas do Liceu de Guimarães. Licenciou-se em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1975 e, em 1999, concluiu o Mestrado em Relações Interculturais. Desde 1975 até à data do falecimento, em Agosto de 2010, foi professora na Escola Professor João de Meira, de cujo quadro fazia parte. Aí desenvolveu uma carreira docente reconhecida por todos como exemplar, dinâmica e marcante, quer do ponto de vista profissional, quer humano. Cidadã activa, empenhada e comprometida com Guimarães, a actividade cultural de Maria José Laranjeiro foi sobretudo devotada às artes, ao ensino e ao movimento cultural associativo. É impossível descrever em toda a sua amplitude a real influência que exerceu sobre as pessoas e as instituições que, principalmente desde os anos 80, se movimentam em Guimarães na área da cultura. Dotada de um natural perfil de liderança e de um espírito mobilizador, a Mizé (como era comumente conhecida e tratada) punha entusiasmo e exigência em tudo o que realizava e sabia transmitir aos outros, de modo contagiante, esse seu modo de ser e de estar. A fina inteligência, os amplos horizontes culturais, o trato amável, a honradez profunda do seu carácter, tudo contribuiu para que, de modo quase irresistível, a sua presença sobressaísse naturalmente, ainda que fosse avessa a protagonismos pessoais. Foi uma professora exemplar, que marcou positivamente sucessivas gerações de alunos; instalou e



dirigiu na cidade uma escola de ensino superior dedicada às artes plásticas; fundou e dirigiu uma revista de arte contemporânea; participou activamente e com destaque na actividade cultural da cidade, designadamente, como presidente do Convívio, como elemento da organização da Euroarte e como fundadora e coordenadora durante múltiplas edições dos Encontros da Primavera. Não cabe aqui desfiar a lista de eventos e organizações aos quais deu o seu precioso contributo e que poderiam fazer jus à real dimensão da intervenção de Maria José Laranjeiro na vida cívica e cultural de Guimarães. O que sim cabe aqui é enaltecer e celebrar a sua cidadania empenhada, o seu amor ao próximo, a sua verticalidade e a sua inexcedível dedicação à Cultura e a Guimarães. **Maestro Fernando Lopes de Matos** – Medalha de Mérito Artístico, em ouro – Fernando Lopes de Matos nasceu em 1942, na freguesia de Caldelas S. Tomé, Caldas das Taipas, Guimarães. Aos 10 anos de idade, iniciou os estudos musicais com o seu pai e os seus irmãos mais velhos. Ingressou na Banda das Taipas em 1953 onde foi executante de flauta transversal, requinta e clarinete. Após cumprir o Serviço Militar, em Moçambique, entre 1963 e 1966, prosseguiu os seus estudos na escola Calouste Gulbenkian (Conservatório de Música de Braga), onde concluiu o curso de clarinete. Professor de Educação Musical a partir de 1977 em diversas escolas da região, fixou-se na Escola EB2,3 de Caldas das Taipas, dedicando-se então à banda local, para a qual começou por procurar novos valores musicais, muitos deles licenciados actualmente em Música mercê da sua orientação e espírito pedagógico. Ao serviço da banda, deu particular atenção à escola de Música, dedicando todos os seus tempos livres à formação dos alunos aos quais ministrava formação musical e Classe de Instrumento. Maestro da Banda das Taipas de 1987 a

1997, ocupou nesta instituição outros cargos de relevo, incluindo o de Presidente da Direcção e foi nesta qualidade que conseguiu a tão almejada construção da sede, inaugurada em 2002, ano em que a Banda viu ser-lhe reconhecido o estatuto de utilidade pública. A Fernando Lopes de Matos, Guimarães reconhece nesta ocasião a relevante contribuição para a consolidação do papel fundamental das bandas musicais na democratização do acesso dos cidadãos à música, o empenho e a paixão que pessoalmente colocou na sua fruição, divulgação e conhecimento e o seu precioso contributo para a descoberta dos jovens talentos musicais que ensinou, orientou e encorajou ao longo da sua vida.

Professor Doutor Rui Reis – Medalha de Mérito Científico, em ouro – Rui Reis nasceu há 44 anos no Porto, tendo iniciado a sua actividade profissional em Guimarães, na Universidade do Minho, em 1992, instituição à qual permanece ligado. Com o actual Reitor da Universidade do Minho, António Cunha, funda, em 1998, o Grupo de Investigação 3B's - Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, génese do que viria a ser o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, único instituto deste tipo a ter sede em Portugal, com filiais em 22 locais de 13 Países da Europa. O Grupo 3B's, sediado desde 2008 no AVEPARK, é hoje um dos mais importantes grupos da Europa no campo da engenharia de tecidos, medicina regenerativa, biomateriais e investigação aplicada sobre células estaminais onde actualmente trabalham, sob coordenação de Rui Reis, cerca de 125 investigadores das mais diversas formações de base, dos quais 40 doutorados, de cerca de 20 nacionalidades. É, inquestionavelmente, um dos mais activos e internacionalizados do panorama científico Português. Tendo como formação da base Engenharia Metalúrgica (FEUP), concluiu posteriormente o



Mestrado em Engenharia de Materiais – Biomateriais (FEUP), e o Doutoramento e Agregação, ambos pela U. Minho, em Engenharia de Polímeros – Biomateriais e Engenharia de Tecidos Humanos. Tem desde há muito vindo a colaborar com grandes empresas e grupos de investigação de excelência de diversos pontos do mundo e coordenou ou coordena actualmente 7 grandes projectos de investigação da União Europeia (EU), incluindo a única rede europeia de excelência (NoE) em Engenharia de Tecidos. Têm sido atribuídos a Rui L. Reis diversos prémios científicos internacionais, a que acrescem prémios de inovação e empreendedorismo, incluindo um Doutoramento Honoris Causa em Medicina pela prestigiada Universidade de Granada. Ao Professor Rui Reis, Guimarães expressa nesta ocasião o seu profundo reconhecimento pela excelência científica, pela ambição e capacidade de mobilização e iniciativa que certamente constituem as fundações do sucesso dos seus diversos projectos profissionais dos quais a região e o país são os primeiros beneficiados, mas que têm como fim último o avanço da ciência mundial.” **DELIBERADO APROVAR, POR UNANIMIDADE, VOTAR A PROPOSTA NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE E ESCRUTINIO SECRETO, APROVAR A PROPOSTA.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL** -----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 23 de Maio de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos – Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/09 de 2 de Outubro – A Câmara**

Municipal de Guimarães, em sua reunião de 24 de Março de 2011, tomou conhecimento da proposta de decisão de contratar a obra em epígrafe, sendo o preço base do concurso fixado em €610.000,00 + IVA. Após a apresentação das listas de erros e das omissões ao caderno de encargos por parte dos interessados ao presente procedimento, estes foram objecto de análise por parte dos projectistas. De acordo com a informação prestada pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico verifica-se um acréscimo do valor das obras a executar de €38.000,00 + IVA. Parece-nos, assim, que deverá ser alterado o valor base do presente procedimento o qual passará a ser de €648.000,00 + IVA. Esta alteração deverá ser submetida a reunião de Câmara para conhecimento.” **2** - Do ofício da Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM remetendo, para conhecimento, as contas relativas ao exercício de 2010, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

CÂMARA – ASSOCIAÇÃO DO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do preceituado do artigo 10.º dos Estatutos da Associação Cybercentro de Guimarães a Assembleia Geral é composta por dois representantes de cada um dos associados fundadores, nomeados por estes, de entre os quais se elegerá a mesa da



Assembleia (composta por um presidente e, pelo menos, um secretário), conforme dispõem os nºs 2 e 3 daquele art.º 10.º. Por outro lado, a Associação dispõe de uma Direcção composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, e presidirá à Direcção o membro que para tal for designado pela Assembleia Geral (nºs 2 e 3 do art.º 14.ª). Sendo necessário designar os corpos sociais desta Associação para o triénio 2011/2014, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que, nos termos e para os efeitos supra expostos, sejam designados para a Assembleia Geral da Associação, como representantes da Câmara Municipal de Guimarães, o Presidente da Câmara, António Magalhães e a Vereadora Francisca Abreu.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O PONTO 1 DA PROPOSTA. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO O PONTO 2**, com 8 votos a favor e 3 em branco. -----
VOTO DE LOUVOR – DESPORTIVO XICO ANDEBOL – CAMPEÃO NACIONAL DE INFANTIS MASCULINOS – Presente a seguinte proposta: “Como corolário de uma excelente época desportiva, o Desportivo Xico Andebol sagrou-se recentemente Campeão Nacional de Infantis na modalidade de Andebol. Um êxito desportivo da maior relevância para um clube que continua a colher os frutos da sua extraordinária aposta na formação de jovens desportistas locais e que constitui mais uma importante referência na história do clube e do desporto vimaranense revelando, ao mesmo tempo, a circunstância de por muitos ser considerada uma das melhores escolas de formação de andebol do país. Assim sendo, proponho que seja aprovado um Voto de

Louvor ao Desportivo Xico Andebol pela conquista do título de Campeão Nacional de Infantis Masculinos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 19 de Maio de 2011 a “M. Couto Alves, S.A.”, pelo valor de €3.095.012,12 (três milhões noventa e cinco mil doze euros e doze cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 19 de Maio de 2011 a “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”, pelo valor de €1.648.896,47 (um milhão seiscentos e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e sete cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS ENERGÉTICAS INCLUINDO CERTIFICAÇÃO AOS EDIFÍCIOS: “MERCADO MUNICIPAL, CENTRO ESCOLAR DE CANDOSO S. MARTINHO, CENTRO ESCOLAR DE INFANTAS, EB1 DOS CARVALHOS-POLVOREIRA, EB1 DE S. ROQUE-COSTA, PAVILHÃO AURORA CUNHA-RONFE, PAVILHÃO DE CREIXOMIL, PAVILHÃO DE URGEZES,



PAVILHÃO DE LORDELO, PAVILHÃO DE MOREIRA DE CÓNEGOS, PAVILHÃO DE PEVIDÉM E PAVILHÃO DE SOUTO SANTA MARIA” – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Administração Directa: “**1. Objecto:** Contratação dos serviços para realização de Auditorias Energéticas incluindo Certificação aos Edifícios referidos em epígrafe. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência na realização de estudos da iluminação, do comportamento térmico, da climatização, do aquecimento de águas sanitárias, e do sistema de abastecimento de água dos edifícios; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe no município recursos humanos para a realização de auditorias energéticas por técnicos habilitados com a experiência mínima de 5 anos; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços para a realização de Auditorias Energéticas incluindo Certificação para os edifícios referidos em epígrafe. a) O objecto do contrato é a prestação de serviços para a realização de Auditorias Energéticas incluindo Certificação. b) A despesa total, considerando os recursos necessários e tempo necessários, será de 60.000€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de

Janeiro – Código dos Contratos Públicos.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.20. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA A FINANCIAMENTO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL – EMPRÉSTIMO QUADRO (QREN-EQ), NO VALOR TOTAL DE €3.365.196,61 – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “No sentido de incentivar e aumentar a capacidade de execução dos promotores de projectos aprovados no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Governo celebrou em Novembro de 2010, um contrato empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Este empréstimo-quadro destina-se a financiar a contrapartida nacional de projectos co-financiados pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão. Assim, atendendo a que os projectos de investimento municipais, contratualizados no âmbito dos programas operacionais do QREN podem beneficiar de financiamento no âmbito do Empréstimo – Quadro, propõe-se a aprovação da apresentação de candidatura a financiamento QREN-EQ nos termos do Despacho nº 6572/2011, de 26 de Abril, nas seguintes operações, condições e montantes: - Taxa de Juro: taxa aplicada em cada semestre correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do empréstimo-quadro acrescida de uma margem de 20 p.b. (3,901%); - Prazo do empréstimo: 15 anos; - Período de carência: 3 anos; - Garantia: transferências do Orçamento do Estado; - NORTE-04-0241-FEDER-000714 “Qualificação do Espaço Público do Toural, Alameda e Rua de Santa António”, montante do empréstimo: €1.804.908,26; - NORTE-04-0241-FEDER-000470 “Requalificação do Espaço Público da Zona de Couros”, montante do empréstimo: €1.180.117,70; -



NORTE-04-0241-FEDER-000763 "Reabilitação Campo de São Mamede", montante do empréstimo: €380.170,65."

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Uma vez obtido o esclarecimento de que este empréstimo de € 3,5 milhões solicitado ao Banco Europeu de Investimentos (BEI) com juro bonificado, é complementar ao financiamento contratado com o Millennium BCP, e explicado ainda o porquê daqueloutro empréstimo não envolver, ainda, a obra do Toural/Alameda/Rua St.º António, mantém-se a divergência dos vereadores do PSD quanto ao período de carência que nos é proposto neste empréstimo. Os financiamentos comunitários das obras envolvidas na CEC/2012 são da ordem dos 70%, sendo que este empréstimo juntamente com aqueloutro contratado com o Millennium BCP, visam financiar pela banca a contrapartida nacional das referidas intervenções, isto é, os 30% que correspondem à contrapartida nacional, a cargo do Município de Guimarães. Sendo ainda que o montante deste empréstimo faz ascender a um total de € 20 milhões os empréstimos contratados pelo Município de Guimarães para pagamento dos 30% que lhe competem no âmbito da reconversão urbanística operada por força da CEC/2012. De facto, as condições propostas pelo BEI permitem um período de carência de até 3 anos, isto é, um período durante o qual apenas são amortizados juros da quantia mutuada, ficando dilatado em 3 anos o período para início de pagamento do capital do empréstimo. Ora, é nosso entendimento que não sendo o Município de Guimarães propriamente uma empresa, não pode olhar para os períodos de carência com o apetite de "empurrar o problema para a frente" como o fazem legitimamente as empresas, até porque, o período

de carência aqui sugerido equivale praticamente ao período de duração de um mandato, pelo que, não é politicamente aceitável que o executivo que vai inaugurar as obras da CEC/2012, determine que as mesmas só comecem a ser pagas pelo executivo que tiver a seu cargo a gestão do Município, no ano de 2014, isto é, já depois das próximas eleições autárquicas. Sendo tal possível, porque permitido pelas condições impostas pelo BEI, não nos parece de forma alguma aceitável, por subverter a lógica dos mandatos, por fazer com que aqueles que terão o mérito da realização, não sejam responsáveis pelo pagamento de 1 cêntimo sequer das referidas realizações. Por esse motivo, votamos **contra** a presente proposta.” -----

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– **ANO DE 2010** – Presente, em anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2010, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -

REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “Pelos motivos que se expõem de seguida, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: A. NAS RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA – 1. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **16.01.01** designada por **Saldo da gerência anterior**, no valor de €1.285.375,57; 2. Reforço no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **06.03.01.99**, designada por **Transferências correntes do Estado**, no valor de €150.000,00, motivado pela alteração,



decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2011 entretanto aprovada, que prevê a obrigatoriedade de o Município assegurar a contribuição à ADSE do pessoal não docente dos agrupamentos que passaram para a gestão do Município; 3. Reforço no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **05.10.99**, designada por **Rendimentos de propriedade – rendas – VIMÁGUA**, no valor de €982.997.41, correspondente à diferença entre o valor previsional comunicado ao Município em 29/10/2010 e o que se veio a apurar em 31/03/2011, com o fecho das contas daquela empresa intermunicipal; 4. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **06.07.01**, designada por **Transferências correntes de instituições sem fins lucrativos – Protocolo IGAP**, no valor de €1.548.56, resultante de protocolo ao abrigo do projecto PRO-EXEMPLARIA a propor oportunamente ao Órgão Executivo. B. NAS RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA – 1. Para reforço da rubrica orçamental com a classificação **07.01.03.05.01 – ADSE**, no valor de €150.000,00, por contrapartida da receita referida em A.2; 2. Para reforço da rubrica orçamental com a classificação **05.01.02.14 – Despesas com Pessoal – outros abonos em numerário ou espécie**, no valor de €503.523,91, resultante da obrigatoriedade de pagamento de compensações a trabalhadores na sequência de condenação em tribunal; 3. Para reforço da rubrica orçamental com a classificação **02.06.02.03.02 – IVA Vimágua**, no valor de €328.312,73, correspondente ao IVA resultante do acréscimo de receita mencionado em A.3; 4. Para reforço da rubrica orçamental com a classificação **05.02.02.02 – Aquisição de serviços de limpeza e higiene – RESINORTE**, no valor de €1.438.084,90, para pagamento de parte da dívida que à data da elaboração do orçamento de 2011 foi considerada para liquidação no ano de

2010 mas que acabou por não ser paga por se entender que se deveria aguardar a avaliação dos equipamentos a transferir para aquela empresa. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” A referida Revisão Orçamental dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

INTEGRAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS (ECOPONTOS) NO SISTEMA DA RESINORTE – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 12 de Maio de 2009, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 26 de Junho de 2009, o Município de Guimarães aprovou a sua adesão, através da Associação de Municípios do Vale do Ave, ao Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central, que posteriormente veio a ser concessionado à sociedade anónima RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, criada pelo Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro; Nessa conformidade, desde 1 de Outubro de 2010 a RESINORTE passou a efectuar a recolha selectiva no Concelho de Guimarães. No seguimento desta adesão e do Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Selectiva para Valorização, Tratamento e Destino Final, celebrado em 31 de Dezembro de 2009 com aquela entidade, é agora necessário estabelecer o



acordo de integração no Sistema da RESINORTE das infra-estruturas municipais. Assim, considerando que: - Os bens a integrar foram adquiridos entre Dezembro de 2000 e a presente data e para a determinação do valor do património em causa, foram tidos em conta os valores referentes aos investimentos realizados pela Câmara Municipal e as depreciações efectuadas, de acordo com o constante do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/200, de 17 de Abril; - Os equipamentos a integrar nesta fase serão os equipamentos básicos constituídos por ecopontos, vidrões, embalões e papelões, e totalizaram €382.749,00 de investimento, pelo que o valor de integração é de €312.999,00, dado que foram deduzidas €69.749,00 de amortizações; - Os novos equipamentos a instalar, no âmbito dos novos loteamentos, ficarão na posse do Município de Guimarães, sendo da responsabilidade da RESINORTE a sua manutenção, reparação e gestão; Deve agora ser submetido a aprovação da Câmara Municipal o valor de integração daquelas infra-estruturas, no valor global de €312.999,00, bem como a minuta do acordo de integração a celebrar e o auto de entrega dessas infra-estruturas, tudo conforme documentos que se anexam como **doc. 1.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROCOLOS – RATIFICAÇÃO DO PROCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E COMANDO DISTRITAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE BRAGA

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Na sequência da mudança do recinto da Feira Retalhista no dia 4 de Março do corrente ano foi solicitada a colaboração à Polícia de Segurança Pública para efectuar o policiamento de todo o espaço

interior e acessos de público à Feira. Tendo em consideração: - Que a referida colaboração tem sido objectivamente uma mais-valia no cumprimento integral do Regulamento em vigor; - A necessidade da continuidade deste serviço, para que se garanta definitivamente o adequado funcionamento da Feira, bem como a fiscalização de entradas ilegais no recinto; - Que a Câmara Municipal não dispõe de meios para assegurar este serviço, e dada a colaboração que deve existir entre as várias Instituições Públicas e respectivas entidades subsidiárias. Proponho a ratificação pela Câmara Municipal do Protocolo de Colaboração celebrado com o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Braga, ao abrigo do disposto na al. h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme documento que se anexa como Doc 1.” O referido Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOSCOLOS – PROTOSCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE PARA INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DA CIDADE –

Presente a seguinte proposta: “A Fundação da Juventude, instituição privada de utilidade pública sem fins lucrativos, com sede na cidade do Porto, tem em curso um projecto integrado no Programa nacional de Bolsas de Arquitectura para jovens arquitectos que visa incentivar jovens licenciados para uma carreira profissional ligada ao Património arquitectónico e cultural das cidades portuguesas do século XX, nomeadamente o edificado no período 1910 – 1974. Neste projecto propõe-se o desenvolvimento de estudos técnicos e científicos inéditos que demonstrem a singularidade e a excelência do património construído no século XX, o enriquecimento das



cartas patrimoniais dos Municípios aderentes e a definição de estratégias para a salvaguarda desse património. A Fundação da Juventude convidou o Município de Guimarães a ser parceiro do projecto. Considerando a importância de Guimarães como Cidade património e o interesse no desenvolvimento de estudos que possam valorizar e salvaguardar o nosso edificado nas suas componentes arquitectónicas e culturais, proponho a aceitação da parceria sugerida de acordo com o protocolo de colaboração em anexo à presente proposta.” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador José Manuel Antunes. -----

**PROTOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -
DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ORDEM DOS ADVOGADOS -**

Presente a seguinte proposta: “Em Fevereiro de 2004 o Município de Guimarães celebrou com a Delegação da Ordem dos Advogados de Guimarães um Protocolo através do qual o Município, com o objectivo de apoiar a Delegação na instalação de um Pólo de Formação Contínua para Advogados – que agregou, para além da comarca de Guimarães, as de Felgueiras, Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Lousada, Paredes, Penafiel e Amarante – autorizou a utilização, a título gratuito, do Auditório do Complexo Multifuncional de Couros tendo em vista a realização dos respectivos cursos de formação. Posteriormente, em 2008, e tendo em vista viabilizar o crescimento do Pólo de Formação, entretanto consolidado, de modo a permitir a criação de espaços diversos, com diferentes capacidades, possibilitando o decurso simultâneo de diversas acções ou módulos de formação, aquele Auditório revelou-se insuficiente, tendo então sido necessário encontrar novas instalações para aquele efeito. O espaço

adequado encontrado foi a sede da Associação de Viajantes e Técnicos de Vendas de Guimarães, tendo a Câmara Municipal, desde 2008, vindo a compartilhar em 50% das despesas provenientes das respectivas rendas, nos seguintes montantes anuais: €10.500,00 no ano de 2008 (deliberação de 8 de Maio de 2008); €10.500,00 no ano de 2009 (deliberação de 5 de Junho de 2009); €5.250,00 no ano de 2010 (deliberação de 1 de Julho de 2010). Tendo a Delegação da Ordem dos Advogados de Guimarães reiterado o pedido de apoio para o corrente ano, e revestindo-se de inquestionável interesse público a manutenção deste Pólo de Formação regional em Guimarães, proponho, nos termos da alínea b), do nº 4, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que o Município de Guimarães conceda a comparticipação de €4.200,00 (quatro mil e duzentos euros) para o funcionamento do referido Pólo de Formação no corrente ano.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CONTRIBUTOS E SUGESTÕES EM SEDE DE AUDIÇÃO DE ENTIDADES – Presente a seguinte proposta do Vereador César Machado: “Consultadas as entidades previstas no Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, actualmente republicado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, resulta dos respectivos contributos um conjunto de sugestões que mereceu cuidada apreciação. Como resulta da informação técnica prestada pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta de regulamentação, e que mereceu concordância do



Vereador signatário, as razões que fundamentam as sugestões de alterações propostas, embora atendíveis de um ponto de vista sócio – económico, cultural ou até político, não se encontram juridicamente sustentadas em termos que possam ser acolhidas no Regulamento por apontaram motivações genéricas que exorbitam das possibilidades e circunstancialismos que poderiam levar o Município a restringir os horários propostos para a generalidade dos estabelecimentos e em particular para o caso específico das grandes superfícies. Assim, e atentas as limitações definidas no diploma – o referido Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, entende-se manter a proposta já apresentada ao executivo municipal. Aproveitou-se para proceder à correcção da numeração de dois artigos do Regulamento, cujas alíneas, por lapso, haviam sido deficientemente indicadas, designadamente nos art.º s 3.º e 6.º. Corrigiu-se, ainda, o n.º 2, do art.º 4.º, na parte respeitante ao horário a fixar na falta de acordo com os moradores no caso de estabelecimentos situados em edifícios com habitação. A experiência aconselha a que, nesses casos, o horário de encerramento seja fixado às 22:00 horas, de modo a assegurar o equilíbrio dos vários interesses em presença.” A informação técnica prestada pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta de regulamentação, bem como o projecto de regulamento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. – **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta:** “Este projecto de regulamento, que muito embora assim

designado no ponto que nos é dado para aprovação visa a sua aprovação como regulamento definitivo, inovou, o que mereceu a nossa concordância, ao trazer para apreciação o mero projecto, dando tempo aos partidos de oposição nesta Câmara para poder estudar mais delongadamente o assunto do que com as meras 48 horas com que os assuntos nos são presentes. No entanto, já merece censura a circunstância de, aparentemente e olhando para o texto do grupo de trabalho, as propostas, designadamente as do PSD, não terem sido tomadas em consideração, ou ao menos, sobre as mesmas se não ter pronunciado o referido grupo de trabalho, que no entanto responde a cada uma das posições das entidades consultadas. A apreciável abertura a uma maior discussão pública e política, conduz a que devam ser tomadas em consideração todas as posições, como aquelas que constam da acta da reunião em que foi apreciado o projecto de regulamento, e que sobre elas se assuma uma qualquer posição, ainda que discordante, e não ostensivamente ignorá-las, o que contraria o espírito com que aparentemente havia sido apresentado o projecto de regulamento. Aliás, o mero – e devido – respeito pelos vereadores da oposição e o seu estatuto, deveria impor que o grupo de trabalho responsável pela elaboração do projecto que hoje nos apresentam, tivesse que se pronunciar sobre as propostas aqui formuladas, sob pena de não passar de letra morta, de mera intenção formal, a apresentação prévia deste regulamento sob a forma de projecto. Por outro lado, o PSD mantém a sua posição, indubitável, no sentido de que os horários de funcionamento dos hipermercados são claramente matéria de regulamentação municipal. Embora não resulte claro do texto o recuo na posição, parece ter agora adoptado a Câmara a posição então defendida pelo PSD, ao remover do preâmbulo a curiosa



interpretação, aliás não fundamentada, de que *"parece excluída da regulamentação municipal a questão dos horários de funcionamento dos hipermercados, matéria que exorbita desta competência regulamentar."* Esta frase, reveladora de pouca coragem na tomada de posições, preferindo considerar não estar abrangido na matéria regulamentar municipal os horários dos hipermercados a tomar posição sobre o assunto, foi agora removida. E nem para assumpção deste recuo, para o qual alertamos em devido tempo e consta aliás, igualmente, da acta da reunião, foi referida a sugestão do PSD. Não fica bem. Consta no processo um parecer solicitado a um jurista que vai exactamente no sentido do que havíamos dito na altura, e por palavras até mais clarificadoras. Diz o Dr. José Carlos Faria, no seu parecer, que *"Parece-nos que com a justificação avançada pretende apenas o executivo furtar-se a tomar posição sobre uma matéria particularmente sensível, fazendo crer que não tem poderes para impor limites às grandes superfícies, «sacudindo a água do capote» e abstendo-se de cumprir com as suas obrigações de adequar os horários aos interesses e mercados locais."* Não diríamos melhor. Questão diferente é a posição a tomar. E quanto a isso, já na altura fomos claros e não tivemos então qualquer receio de manifestar e assumir a nossa posição: O PSD não seria nunca favorável a medidas que visem condicionar o mercado e discriminar estes estabelecimentos comerciais face aos demais. Por último, foram apresentadas e fez-se constar em acta algumas propostas dos vereadores do PSD, que desconhecemos se foram ou não tidas em consideração, sabemos é que não foram aceites como resulta da circunstância de não constarem do texto regulamentar que nos é proposto. Estas circunstâncias, muito embora não nos façam ser contra o presente regulamento na sua

integralidade, fazem com que o devamos censurar por, em primeira instância, se não pronunciar tampouco sobre as propostas apresentadas por membro deste executivo, e em segunda instância, por não ter feito constar nenhuma das propostas no respectivo articulado regulamentar, que consideramos pertinentes e tendentes a tornar o presente regulamento num normativo mais equilibrado e mais adaptado ao mundo real e aos hábitos dos dias que vivemos.” -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Este projecto de regulamento, que muito embora assim designado no ponto que nos é dado para aprovação visa a sua aprovação como regulamento definitivo, inovou, o que mereceu a nossa concordância, ao trazer para apreciação o mero projecto, dando tempo aos partidos de oposição nesta Câmara para poder estudar mais delongadamente o assunto do que com as meras 48 horas com que os assuntos nos são presentes. No entanto, já merece censura a circunstância de, aparentemente e olhando para o texto do grupo de trabalho, as propostas, designadamente as do PSD, não terem sido tomadas em consideração, ou ao menos, sobre as mesmas se não ter pronunciado o referido grupo de trabalho, que no entanto responde a cada uma das posições das entidades consultadas. A apreciável abertura a uma maior discussão pública e política, conduz a que devam ser tomadas em consideração todas as posições, como aquelas que constam da acta da reunião em que foi apreciado o projecto de regulamento, e que sobre elas se assuma uma qualquer posição, ainda que discordante, e não ostensivamente ignorá-las, o que contraria o espírito com aparentemente havia sido apresentado o projecto de regulamento. Aliás, o mero – e devido – respeito pelos vereadores



da oposição e o seu estatuto, deveria impor que o grupo de trabalho responsável pela elaboração do projecto que hoje nos apresentam, tivesse que se pronunciar sobre as propostas aqui formuladas, sob pena de não passar de letra morta, de mera intenção formal, a apresentação prévia deste regulamento sob a forma de projecto. Por outro lado, o PSD mantém a sua posição, indubitável, no sentido de que os horários de funcionamento dos hipermercados são claramente matéria de regulamentação municipal. Embora não resulte claro do texto o recuo na posição, parece ter agora adoptado a Câmara a posição então defendida pelo PSD, ao remover do preâmbulo a curiosa interpretação, aliás não fundamentada, de que *"parece excluída da regulamentação municipal a questão dos horários de funcionamento dos hipermercados, matéria que exorbita desta competência regulamentar."* Esta frase, reveladora de pouca coragem na tomada de posições, preferindo considerar não estar abrangido na matéria regulamentar municipal os horários dos hipermercados a tomar posição sobre o assunto, foi agora removida. E nem para assumpção deste recuo, para o qual alertamos em devido tempo e consta aliás, igualmente, da acta da reunião, foi referida a sugestão do PSD. Não fica bem. Consta no processo um parecer solicitado a um jurista que vai exactamente no sentido do que havíamos dito na altura, e por palavras até mais clarificadoras. Diz o Dr. José Carlos Faria, no seu parecer, que *"Parece-nos que com a justificação avançada pretende apenas o executivo furtar-se a tomar posição sobre uma matéria particularmente sensível, fazendo crer que não tem poderes para impor limites às grandes superfícies, «sacudindo a água do capote» e abstendo-se de cumprir com as suas obrigações de adequar os horários aos interesses e mercados locais."* Não diríamos melhor. Questão

diferente é a posição a tomar. E quanto a isso, já na altura fomos claros e não tivemos então qualquer receio de manifestar e assumir a nossa posição: O PSD não seria nunca favorável a medidas que visem condicionar o mercado e discriminar estes estabelecimentos comerciais face aos demais. Por último, foram apresentadas e fez-se constar em acta algumas propostas dos vereadores do PSD, que desconhecemos se foram ou não tidas em consideração, sabemos é que não foram aceites como resulta da circunstância de não constarem do texto regulamentar que nos é proposto. Que se repetem para memória futura: Deveria ser ponderado o aumento do horário de funcionamento previsto no art. 4º nº1 c), adaptando o horário de encerramento à prática real e efectiva, sob pena de serem criados regulamentos já com a expectativa de serem violados. O artigo 4º nº1 c) refere-se aos horários das discotecas e clubes nocturnos, fixando como horários limite as 04.00h, o que nos parece um limite irreal, que não tem correspondência com a realidade, devendo por isso ser alterado para as 06.00h, horários mais compatível com a vida actual e com a prática desses estabelecimentos. Fosse implementada uma alteração provisória e a título experimental no artigo 5º do regulamento (permitida pelo artigo 6º nº3 do projecto de regulamento), com o objectivo de avaliação prévia do seu impacto, nos seguintes termos: Alterar a alínea b) deste artigo 5º, a título experimental nos termos do artigo 6º nº3, permitindo-se um horário de funcionamento com encerramento às 03.00h, sob determinadas condições, como as seguintes que a título de exemplo referiremos: a) Redução ou eliminação da projecção de som (obrigando inclusivamente à colocação de um limitador de som); b) Obrigatoriedade de encerramento das portas a partir das 02.00h, mantendo-se o estabelecimento em funcionamento, e



permitindo a entrada e saída de clientes, mas tendo que manter a encerrada”. Motivação política das alterações propostas: **Aumento do horário das discotecas** (04.00h – 06.00h) – É contraproducente criar horários que todos os intervenientes sabem não ser para cumprir. O horário de 04.00h relativo às discotecas é um horário que já hoje não é cumprido, pelo que se trata de mais uma lei destinada ao incumprimento. Que sentido faz uma ordem de encerramento às 04.00h quando é público que as discotecas só a partir das 02.00h/02.30h começam a receber clientes? E quando se sabe que em Guimarães estes espaços encerram bem depois das 04.00h, seguramente há mais de 20 anos? A lei deve ser vista pelos cidadãos como algo vinculativo, para ser cumprido, e não como mera letra de forma à qual depois se “fecha os olhos”. Somos abertamente contra uma lei que sabe não se destinar a ser cumprida, e consideramos que os horários das discotecas devem ser adaptados aos hábitos dos dias de hoje. **Aumento do horário dos bares do Centro Histórico** (02.00h – 03.00h) – O incentivo à vida nocturna e à atractividade do espaço do Centro Histórico tem que ser mesclado com o direito ao descanso dos moradores, pelo que cremos que é errado o conceito de que a redução dos horários de funcionamento assegure essa tranquilidade, sucede muitas vezes precisamente o inverso, pois o encerramento força os clientes dos estabelecimentos a virem para o espaço público, aí sim criando perturbação e incómodo pela via do ruído, a quem pretenda descansar. Esta medida, em nossa opinião, para além de permitir uma não despicienda melhoria do negócio aos comerciantes, evita que sejam colocadas nas ruas um grande número de pessoas em simultâneo, que podem dessa forma perturbar a tranquilidade dos moradores, muito mais do que aquilo que farão se estiverem dentro dos estabelecimentos, na

certeza que esta hora adicional permite a saída gradual e progressiva dos frequentadores destes estabelecimentos, ao invés de o ser em grandes grupos, contribuindo igualmente para o sossego no espaço público e para melhor fluir o trânsito pedonal na madrugada. Estas circunstâncias, muito embora não nos façam ser contra o presente regulamento na sua integralidade, fazem com que o devamos censurar por, em primeira instância, se não pronunciar sobre as propostas por nós apresentadas, e em segunda instância, por não ter feito constar nenhuma das propostas no respectivo articulado regulamentar, que consideramos pertinentes e tendentes a tornar o presente regulamento num normativo mais equilibrado e mais adaptado ao mundo real e aos hábitos dos dias que vivemos. Por esse motivo, votamos **contra** o regulamento proposto.” -----

PESSOAL – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2011 –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Nos termos do disposto no n.º2 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em consonância com o disposto no art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda considerando o disposto na alínea o), do n.º2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao Senhor Presidente que seja submetido à Aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, as alterações ao Mapa de Pessoal para 2011, que se juntam em anexo. As alterações agora propostas decorrem das informações apresentadas pelo Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e pelo Departamento de Obras Municipais relativas a necessidades de recursos humanos que se revelaram essenciais para a prossecução das actividades inerentes aos respectivos serviços,



designadamente na área da limpeza urbana, do acompanhamento e supervisão da horta pedagógica e da sustentabilidade energética. São também propostos ajustamentos de alguns postos de trabalho no âmbito da estrutura orgânica do município, tendo em conta a optimização e racionalização de recursos internos em vista de uma adequada gestão dos recursos existentes. Conforme previsto no n.º 2 do art.º 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o mapa pessoal acompanha a respectiva proposta de revisão do orçamento.” O quadro com a alteração ao Mapa de Pessoal para 2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (FISCALIDADE) –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pela Directora do Departamento de Recursos Humanos, em regime de substituição, que mereceu a minha concordância, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área da fiscalidade). O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2011, como necessidade permanente. A presente proposta fundamenta-se na manifesta necessidade de gestão e controlo da legalidade fiscal, retributiva e contributiva, bem como de gestão de custos. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa

que, atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada necessidade do serviço, que, caso não seja possível a ocupação do posto através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOCENTES E TÉCNICOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Atendendo à competência dos municípios em matéria das actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo e de acordo com a proposta prestada pelos serviços de Educação, que mereceu a concordância da Sr.ª Vereadora Francisca Abreu, solicita-se autorização para proceder ao recrutamento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal. A citada proposta faz referência a 159 postos de trabalho, à semelhança do ano lectivo anterior. No mapa de pessoal aprovado em Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, estão previstos 183 postos de trabalho e respectiva previsão



orçamental. No decorrer do ano lectivo ocorrem com frequência situações que requerem a substituição dos postos de trabalho, por ausência do titular; ora, a prever neste momento somente o recrutamento dos 159 postos de trabalho referidos, teria então, em face de cada necessidade de substituição, de ser novamente submetida a autorização do órgão executivo a abertura de um novo procedimento concursal, procedimento que, pela sua morosidade, poderia por em causa o regular funcionamento das escolas. Nestes termos, e tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade municipal, proponho que seja autorizada a abertura do procedimento concursal para os 183 postos de trabalho. Atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal carece de aprovação do órgão executivo do Município. O referido procedimento de recrutamento obedecerá necessariamente ao estabelecido no Decreto-Lei nº 212/2009 de 3 de Setembro. Atendendo a que este diploma nada estabelece quanto à competência para autorizar o recrutamento, o presente pedido deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal, nos termos supra referidos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – Presente, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação da reunião de Câmara do dia 13 de Janeiro deste ano, aprovando a atribuição dos subsídios às Associações Desportivas para a época 2010/2011,

foram realizados os contratos-programa de desenvolvimento desportivo, conforme minuta aprovada em anexo ao Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães. Tendo em conta a atribuição desses mesmos subsídios e no sentido da deliberação tomada, torna-se necessário clarificar que o valor de €50.000,00, ao longo da duração dos 4 anos do programa, é anual, implicando também a rectificação das seguintes alíneas dos cinco contratos-programa de desenvolvimento desportivo plurianuais, a saber: 1 - Na Cláusula 3ª, acrescentar no ponto 1 "o Município compromete-se a prestar apoio financeiro à Entidade, através de um subsídio anual no montante de € 50.000,00, no período correspondente a 4 anos."; 2 - Na Cláusula 7ª, onde se lê "o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2011, podendo ser renovável por iguais períodos até ao limite de 3 anos.", deve ler-se "o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2014." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ALTERAÇÃO AOS CONTRATOS CELEBRADOS COM A JCDECAUX – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Decorrente da especificidade do mobiliário urbano a instalar na "Requalificação Urbanística do Largo do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António", os serviços estabeleceram os contactos necessários com a JCDecaux, com o objectivo de proceder à instalação de abrigos de passageiros naquela área, bem como à realocização e adaptação de um quiosque para a venda de bilhetes dos Transportes Urbanos de Guimarães. Considerando a



especificidade das soluções articuladas com a equipa projectista para os abrigos de passageiros e, principalmente do seu custo, propõe-se o aditamento aos contratos para utilização e fruição de mobiliário urbano e de locação de jornais electrónicos de informação, de 4 de Abril de 1989, e de locação de mobiliário urbano, de 27 de Junho de 1996, com as alterações introduzidas pelas escrituras publicas de 12 de Setembro de 2000 e 17 de Outubro de 2003, celebrados com a JCDecaux, por forma a que o seu pagamento se processe na modalidade de dação em cumprimento, conforme minuta anexa que submetemos à apreciação superior.” A minuta com as alterações aos contratos para utilização e fruição de mobiliário urbano e de locação de jornais electrónicos de informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE GUIMARÃES – REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: “Um Banco Local de Voluntariado é uma estrutura de proximidade de âmbito concelhio regulada pelo Conselho Nacional de Promoção para o Voluntariado, que promove o encontro entre a oferta e a procura entre as pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade de serem voluntárias e as entidades que promovem acções ou projectos. Para além desta missão, um BLV tem como objectivos valorizar e promover o voluntariado, divulgar projectos e oportunidades de voluntariado e sensibilizar as instituições e os cidadãos. Actualmente, o voluntariado assume-se como um recurso activo a favor das populações e em prol do desenvolvimento, proporcionando maior qualidade nas respostas sociais e obedecendo aos princípios da solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e da convergência. Face ao elevado nº de pessoas que, em Guimarães, têm manifestado interesse em participar em acções de voluntariado, a Câmara Municipal propõe-se criar em 2011, o Banco Local de Voluntariado (BLV) de



Guimarães, pelo que se apresenta proposta de um regulamento interno de funcionamento. Acrescenta-se ainda, para conhecimento, um outro regulamento para a abertura de um concurso de ideias para criação do logótipo do BLV, que permite promover a participação dos cidadãos e envolvê-los desde logo na fase da sua implementação.” O Regulamento Interno de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado, bem como o regulamento para a criação do respectivo logótipo dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE BRITO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Brito, aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 96 – **Rua Colina do**

Ave – Arruamento sem saída, com início na travessa D. Afonso Henriques. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Brito.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE AZURÉM – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Azurém, aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 104 –

Rua Professor Mário Menezes – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Torcato; 105 – **Travessa Professor Mário Menezes** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Azurém.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Junho de 2011, que disponibilizou, à ao Agrupamento de Escolas Santos Simões o transporte, em autocarro, dos alunos da turma A do 5.º ano à central da Vimágua em Prazins Santa Eufémia, no passado dia 7 de Junho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – PROGRAMA P.I.E.C. – PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E CIDADANIA – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Maio de 2011, que disponibilizou, ao Programa P.I.E.C. do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso o transporte, em autocarro, de um grupo de jovens ao pena Aventura Park, em Ribeira de Pena, nos próximos dias 14 e 15 de Junho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – UNIVERSIDADE DO MINHO – VERÃO NO CAMPUS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de



Maio de 2011, que disponibilizou, à Universidade do Minho, o transporte, em autocarro, dos participantes na terceira edição do Programa “Verão no Campus”, nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de Julho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 30 de Maio de 2011, que disponibilizou, à Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social o transporte, em autocarro, dos moradores residentes na Urbanização da Emboladoura, em Gondar para a Urbanização da Atouguia, no próximo dia 17 de Junho.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA EMBOLADOURA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Junho de 2011, que disponibilizou, à Associação de Moradores da Emboladoura o transporte, em autocarro, do Grupo Folclórico Ceifeiras de Gondar ao programa televisivo “Portugal no Coração” da RTP1, no dia 14 de Junho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1 TEIXIGUEIRA – SILVARES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Escola EB1/JI da Teixugueira, freguesia de Silvares, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI de Teixugueira à Escola EB 2,3 D. Afonso Henriques, no próximo dia 21 de Junho. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a

disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – NÚCLEO EDUCAÇÃO ESPECIAL E SERVIÇOS DE PSICOLOGIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Junho de 2011, que disponibilizou, ao Núcleo Educação Especial e Serviços e Psicologia do Agrupamento de Escolas Professor João de Meira, o transporte, em autocarro, de um grupo de 30 alunos e professores da Escola EB1 dos Arrifes – Açores, do Aeroporto para Guimarães e vice-versa, nos dias 13 e 17 de Junho, respectivamente. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CONTRATO COMODATO DO ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE ABAÇÃO – S. CRISTÓVÃO –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “O Agrupamento de Escolas de Abação solicitou a cedência do antigo edifício escolar de Abação – S. Cristóvão, e respectivo mobiliário, entretanto desactivado, com vista à instalação e funcionamento de uma oficina dos Cursos de Educação e Formação, bem como para instalação do ATL dos alunos do 1º Ciclo do EB1/JI Agostinho da Silva. De acordo com informações prestadas pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada, e considerando a possibilidade de se atribuir novas utilizações aos edifícios escolares devolutos, deverá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências culturais e sociais, que se traduzam num efectivo enriquecimento da oferta de serviços àquela população, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniência quanto à utilização



do prédio acima identificado, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pelo Agrupamento de Escolas de Abação. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades do Agrupamento de Escolas de Abação, e demais população, tendo aquele Agrupamento pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência do antigo edifício escolar de Abação – S. Cristóvão, ao Agrupamento de Escolas de Abação, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 962º e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 1002, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE TABUADELO, CRL – Presente a seguinte proposta: “O Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social de Tabuadelo, inscrito na Base de dados da Divisão de Acção Social com o número de registo NIPC – 506 790 789/10 e com o registo no BUA nº 77068/10, instalado em edifício propriedade da Junta daquela freguesia, tem em funcionamento as valências de Apoio domiciliário (15 utentes), Creche (39 utentes) e tem em curso a instalação de um Centro de Dia para apoiar 25 utentes idosos, servindo todo o Agrupamento de Freguesias do

Sudoeste da Montanha da Penha. Para a entrada em funcionamento do Centro de Dia, a Segurança Social exigiu a instalação de um equipamento de ar condicionado cujo orçamento se eleva a 7.689,96€ (sete mil seiscentos e oitenta e nove euros e noventa e seis cêntimos). Esta IPSS apresentou uma candidatura ao programa de apoios municipais para o ano de 2011, que não foi contemplada, dado não ter sido considerada a exigência da Segurança Social para a instalação do equipamento acima referido. De acordo com parecer anexo da Divisão de Acção Social, trata-se "de uma instituição com boas condições físicas e recursos humanos que desenvolvem um bom e necessário trabalho na comunidade". Considerando o interesse social do serviço prestado e a política seguida de apoio às IPSS para construção e equipamento das suas instalações, proponho que seja concedido um subsídio de 5.767,50€ (cinco mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 75% do orçamento do investimento apresentado, a ser pago após verificação e avaliação pelo Departamento de Obras Municipais, subsídio esse que deve constituir um aditamento à proposta aprovada na reunião de 14 de Abril que definia os apoios para o ano de 2011 a instituições de solidariedade social ao abrigo das disposições constantes do Regulamento Municipal que suportou aquela deliberação." Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – SALGUEIRAL – ASSOCIAÇÃO DE RECREIO E CULTURA – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Salgueiral Associação de Recreio e Cultura, vem solicitar a doação de mobiliário obsoleto para equipar as suas instalações. Atendendo a



que existe em armazém mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação à SALGUEIRAL – Associação de Recreio e Cultura, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido atribuído o valor de €70,00.

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretária estrutura metálica cor cinza tampo em madeira com 2 blocos de 3 gavetas	€70,00	€70,00
Total		€70,00

À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS MORADORES DA EMBOLADOURA – MALHADA DO CENTEIO

– Presente a seguinte proposta: “A Associação de Solidariedade Social dos Moradores da Emboladoura, registada no RMECARH sob o nº 503968986, propõe-se reavivar um uso agrícola e etnográfico com tradições na respectiva freguesia procurando fazer acompanhar o processo agrícola tradicional de actividades de carácter cultural que o contextualizem e enquadrem, no sentido de explicar, recuperar e actualizar a tradição. Pretendem ainda documentar toda actividade em vídeo, com vista à futura edição de um DVD. O financiamento solicitado corresponde a 21% do orçamento estimado total. Assim, considerando o interesse em corresponder à pretensão daquela associação, como forma de reforçar os sentimentos de pertença e auto-estima dos seus associados e dos moradores do bairro, e de promover acções que envolvam toda a comunidade em torno de um objectivo comum, proponho, ao abrigo do disposto no nº11 do

Artigo 14º do Regulamento municipal nº 606/2010, a atribuição de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros) à Associação de Solidariedade Social dos Moradores da Emboladoura, para compartilhar nos custos de organização da Malhada do Centeio 2011.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – FESTA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Leitões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Santíssimo Sacramento, realizada entre os passados dias 13 e 16 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Leitões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €16,10 (dezasseis euros e dez cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – FESTA EM HONRA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Airão S. João solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro, a realizar entre os próximos dias 21 e 26 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Airão S. João, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €68,04 (sessenta e oito euros e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03



e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS - ARCOV - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE COVAS - FESTA S. JOÃO 2011 - ILUMINAÇÕES PÚBLICAS - Presente um pedido da ARCOV -

Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Covas solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de S. João 2011, a realizar entre os próximos dias 17 e 27 de Junho. Propõe-se a atribuição, à ARCOV - Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Covas, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €50,81 (cinquenta euros e oitenta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PELAS DOZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----